



## **CONCEPÇÃO BILOGIZANTE NO CONTEXTO ESCOLAR, COMO A DIFICULDADE VIRA TRANSTORNO? ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL.**

Daniella Fernanda Moreira Santos (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Silvana Calvo Tuleski (Orientadora), Adriana de Fátima Franco (Co-orientadora), e-mail: silvanatuleski@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas Letras e Artes/Maringá, PR.

**70707006 Ciências Humanas; Psicologia do Desenvolvimento Humano.**

**Palavras-chave:** Medicalização, Psicologia Histórico-Cultural, Anos iniciais do Ensino Fundamental.

### **Resumo**

O presente estudo objetiva discutir os aspectos que influenciam no processo em que comportamentos desviantes e dificuldades de aprendizagem são rotulados como transtornos. A pesquisa combina investigação de campo e bibliográfica e a população-alvo da pesquisa de campo foram os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal da cidade de Mandaguari-Pr, cujos pais ou responsáveis responderam a um questionário estruturado, sobre o uso de medicamentos controlados. Os dados foram analisados quantitativa e qualitativamente e discutidos juntamente com os resultados da pesquisa bibliográfica à luz da Psicologia Histórico-Cultural. A pesquisa bibliográfica foi realizada na base de dados Scielo com os descritores: metilfenidato; Risperdal; Risperidona; progressão continuada; TDAH x leitura; TDAH x escrita e TDAH x matemática. A busca foi realizada em “todos os índices”, e após triagem obteve-se 35 artigos que embasaram a discussão deste estudo. Foi possível elucidar que o processo de patologização e medicalização das dificuldades no ensino-aprendizagem é multifacetado no que se refere às relações que o produzem, não sendo possível explicá-lo utilizando apenas um viés.

### **Introdução**





A abordagem Histórico-cultural e seus preceitos frequentemente fundamentam os Currículos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, portanto, seria esperado que os educadores conhecessem e utilizassem tal teoria para embasar suas práticas, compreendendo a importância do papel do professor, da mediação e aquisição de conhecimentos científicos para o desenvolvimento humano. Entretanto, muitas vezes, na atividade cotidiana esses profissionais atuam com base em ideais biologizantes e, ao menor sinal de dificuldade no aprendizado, apontam para “falhas” orgânicas, psíquicas ou físicas. Entendemos que, tradicionalmente, existem duas principais explicações para o fracasso escolar, ambas de caráter biológico: como transtorno, como evidencia Meira (2012) ou como consequência de imaturidade psíquica, conforme indicam Asbahr e Nascimento (2013). Essas duas explicações podem alternar-se, primeiro, recorre-se a ideia de imaturidade e, quando o quadro não se altera utiliza-se como explicação os transtornos. Assim, elaborou-se a hipótese de que, no Ensino Fundamental, as dificuldades de aprendizagem são primeiramente entendidas como imaturidade, que se resolveriam assim que o aluno “amadurecesse” e, portanto, não haveria justificativa para uso de medicação. Contudo, se não há tal amadurecimento, os transtornos se tornam a principal explicação. Haveria, segundo essa hipótese, um aumento de diagnósticos nas séries seguintes, pois com o “prazo” para amadurecimento esgotado, inicia-se o enquadramento das crianças em rótulos de transtornos de aprendizagem.

## **Materiais e métodos**

Essa pesquisa envolveu investigações bibliográficas e de campo, sendo que esta se restringiu aos anos iniciais do Ensino Fundamental das Escolas Municipais da cidade de Mandaguari-PR<sup>1</sup>. A escolha de tal fase se deu por ser nesse momento que o estudo se torna a atividade principal do indivíduo (Vigotski, 1996). Foi aplicado um questionário aos responsáveis no momento da matrícula com perguntas sobre transtornos de aprendizagem e uso de medicamento nas crianças, ficando a resposta a critério dos mesmos,

<sup>1</sup> Esse estudo vincula-se a uma pesquisa mais abrangente intitulada “Retrato da Medicalização da Infância no Estado do Paraná”, que objetiva coletar e sistematizar dados sobre a quantidade de crianças medicadas com supostos transtornos de aprendizagem e suas comorbidades.





de acordo com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, número do CAE 06875112.0.0000.0104. Após serem informatizados, e tratados estatisticamente, os dados foram relacionados ao levantamento bibliográfico e sistematizada a discussão teórica. O levantamento bibliográfico foi realizado na base de dados Scielo, com os seguintes descritores: metilfenidato; Risperdal; Risperidona; progressão continuada; TDAH x leitura; TDAH x escrita e TDAH x matemática. A busca se deu em “todos os índices”, resultando em 106 trabalhos. Esses artigos passaram por uma triagem, excluindo artigos que não estivessem em língua portuguesa; artigos elaborados a mais de 10 anos, portanto, anteriores a 2005; e, artigos não relacionados à temática da pesquisa. A triagem resultou em 35 artigos que embasaram a discussão teórica deste estudo.

## Resultados e Discussão

Da amostra de 1.210 questionários cujos dados foram analisados, obteve-se que 70 crianças, isto é, 5,8 % utilizam medicação de uso controlado para transtornos de aprendizagem. Os medicamentos mais prescritos são a Ritalina e a Risperidona, e o transtorno dominante é o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH. Além disso, os médicos que mais diagnosticam e prescrevem medicação são os neurologistas. Com relação às séries, verificou-se que o primeiro ano do Ensino Fundamental haviam três crianças medicadas; no segundo 11 alunos; no terceiro 22 alunos, no quarto 21 alunos e no quinto ano sete alunos medicados por transtornos de aprendizagem. Observando-se um pico do uso de medicação no terceiro e quarto ano do Ensino Fundamental. A maioria dos artigos pesquisados alerta para as consequências do uso do metilfenidato, ressaltando que os indivíduos medicados são crianças em processo de desenvolvimento intelectual, biológico e social. Logo, o mau uso do fármaco pode trazer incontáveis prejuízos, em diversos graus. A Risperidona também tem sido amplamente utilizada no tratamento dos “transtornos” de aprendizagem, porém os artigos apontam que ela é indicada para psicoses. Os problemas de escolarização perpassam também a organização do sistema de ensino, como, por exemplo, a progressão continuada, que apresenta diversas contradições, encobrendo as dificuldades que não mais se apresentam em altas taxas de reprovação. Dificuldades de todas as ordens contribuem para o aumento do uso de medicação para transtornos como TDAH, contudo, esse transtorno é inversamente apontado, pelos artigos pesquisados, como responsável por dificuldades na aquisição





da leitura, escrita operações matemáticas, sem análise aprofundada sobre a relação causa e efeito para além dos aspectos orgânicos.

## Conclusões

De acordo com os dados obtidos por meio dos questionários, há um maior número de crianças medicadas no terceiro e quarto do Ensino Fundamental, enquanto que o primeiro e o quinto ano possuem menor número de crianças medicadas. Coincidindo, portanto, com a hipótese formulada nesse estudo, de que nas séries iniciais o número de alunos medicados é menor, situação que parece sustentada por uma concepção biologizante e maturacionista, que culmina na medicalização. Entretanto, concebendo as dificuldades escolares como transtornos, impede-se que se vislumbrem a precarização na formação dos professores, que se questionem as políticas educacionais equivocadas e assistencialistas, que se denunciem a desvalorização da função do educador, que se discutam as propostas pedagógicas ineficazes por serem discrepantes entre teoria e prática. São encobertas as diversas relações pauperizadas que resultam nas dificuldades escolares e na linha da solução individual, se estabelece que o resultado (não aprendizagem) é causado por determinações biológicas (não comprovadas), medicando os que não se adaptam a esse sistema perverso.

## Agradecimentos

À Silvana C. Tuleski, Adriana de Fátima Franco e ao CNPq-FA-UEM.

## Referências

ASBAHR, F. S. F.; NASCIMENTO, C. P. Criança não é manga, não amadurece: conceito de maturação na teoria Histórico-cultural. São Paulo, **Psicologia: ciência e profissão**, n.33, v.2, p.414-427, 2013.

MEIRA, M. E. M. Incluir para continuar excluindo: a produção da exclusão na educação brasileira à luz da Psicologia Histórico-Cultural. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (Org.). **A exclusão dos “incluídos”**: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2. ed. Maringá: UEM, 2012, p. 75-106.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas IV**. Madrid: Visor Distribuciones, 1996.

